

Notas preliminares para uma leitura

JERUSA PIRES FERREIRA

H

há cerca de vinte anos, quando fazia o doutorado em São Paulo, tive acesso a um livro que me despertou grande curiosidade. Uma referência que tantas vezes tinha encontrado, inclusive em *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, onde se acha o seguinte discurso, posto na fala do seu personagem – Quaderna (1):

“Não tendo muitas idéias próprias, lembrei-me então de me valer de outro dos meus Mestres e Precursores, o genial escritor-brasileiro Nuno Marques Pereira. Como todos sabem, o ‘romance’ dele, publicado em 1728, intitula-se *Compêndio Narrativo do Peregrino da América Latina*. Ora, este meu livro é, de certa forma, um *Compêndio Narrativo do Peregrino do Sertão*. Por isso, adaptando ao nosso caso as palavras iniciais de Nuno Marques Pereira, falo do modo que segue sobre o lugar onde se passou a nossa estranha desventura...”.

A versão preliminar deste trabalho foi apresentada nos seminários do Centre d'Etudes sur le Brésil (Paris, Sorbonne), a convite de Katia Queiroz Matoso, em 28 de março de 1998. Agradeço especialmente a ela e a Idelette Muzart Fonseca dos Santos.

1 Ariano Suassuna, *A Pedra do Reino*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, pp. 4-5.

do *Compêndio* *Narrativo do* _____ *Peregrino da América,* _____ de Nuno Marques Pereira

O autor está se referindo, de fato, ao *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* em que se tratam vários discursos espirituais e morais, com muitas advertências e documentos contra abusos que se acham introduzidos pela malícia diabólica no Estado do Brasil. Dedicado à Virgem da Vitória. Autor Nuno Marques Pereira. Lisboa Ocidental, Oficina de Manoel Fernandes Costa, Impressor do Santo Ofício, ano 1728 (constando ser esta a primeira edição).

O prefácio de Afrânio Peixoto para a edição da Academia de Letras de 1939 nos fala de Nuno Marques Pereira como o autor da primeira novela brasileira, livro de costumes e edificação, “delongado deleite de nossos avós”.

Sobre ele paira uma grande indefinição. Há quem diga que nasceu na Bahia, em Cairu (Varnhagen, por exemplo), do mesmo jeito que outros o dizem reinol (Rodolfo Garcia). Afrânio Peixoto não toma partido

JERUSA PIRES FERREIRA é professora da PUC-SP e autora de, entre outros, *Armadilhas da Memória – Conto e Poesia Popular* (Fundação Casa de Jorge Amado).

*Página de rosto
do Compêndio
Narrativo do
Peregrino da
América, de
Nuno Marques
Pereira. Edição
de 1765,
presumivelmente
a 6ª da obra*

na questão mas comenta que Capistrano de Abreu o considerou como o autor do século XVIII que mais edições teve no Brasil.

Num país de poucas letras, esta sucessão de edições representa muito. Atesta o prestígio do livro, a continuidade de um público e, portanto, uma atuação efetiva sobre o imaginário colonial. Trata-se de uma espécie de *best-seller*, à sua escala, que deixou mais marcas do que se pensava e menos do que se esperava, e o que se constata é que assim como apareceu, desapareceu da superfície. Incompatível com os séculos seguintes? Ficaram traços e a sua presença como um subtexto de cultura, motivando citações no universo das culturas populares e tradicionais, como é o caso

do recurso que a ele fez Suassuna, no trecho citado aqui, e um encontro com predisposições existentes.

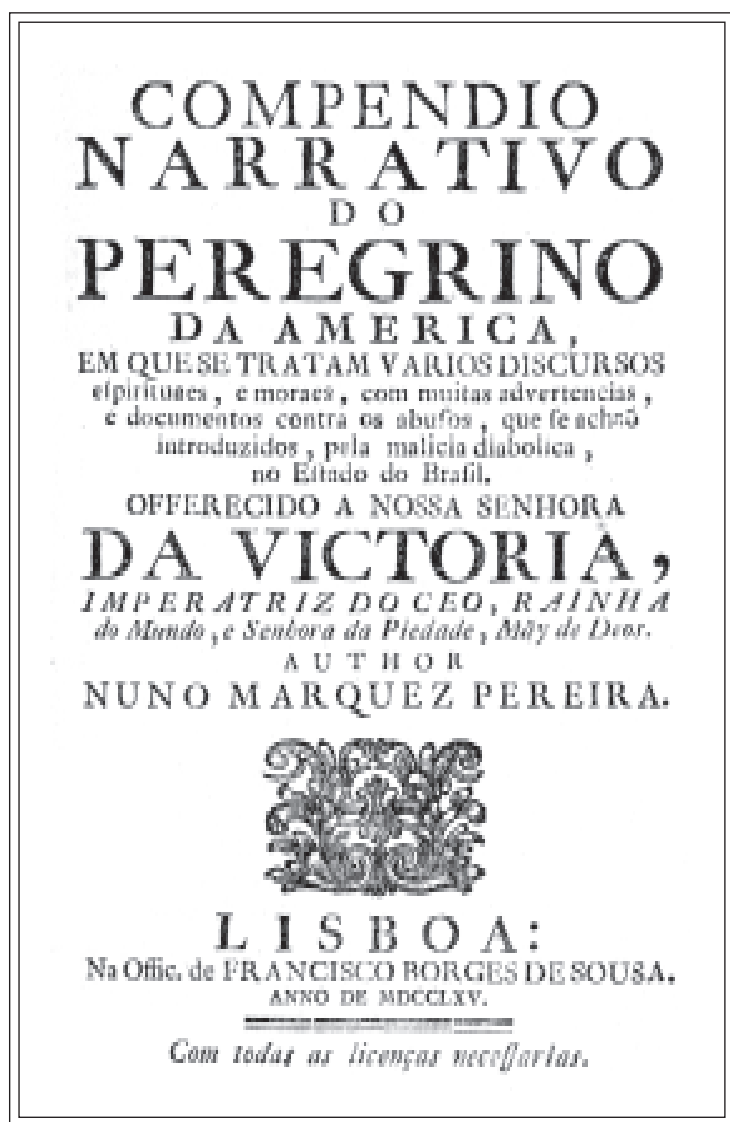
Mas que será mesmo que ele pode nos dizer de nossa memória, e contribuir para o entendimento de nosso presente? Que interesse pode ter ainda hoje para os leitores deste começo de século XXI?

Há aí, creio, preciosos materiais para se pensar sobre a construção de um imaginário brasileiro, e sobretudo nos remetendo às culturas tradicionais, e a criadores que têm como tema, por exemplo, a cultura do sertão. Encontramos também pistas para entender o universo de nossa poesia popular, ainda hoje, donde as disputas de saberes que aí se dão, em seus percursos de cantar e de fazer “ciência”, à lógica de contrapor certos pares opositivos sempre presentes. Também de representar teatralmente aquilo que se narra ou sobre o que se disputa ou procura punir. Palavra como ocupação de rivais, como tive oportunidade de dizer em outra ocasião, quando tratei dos ciclos medievais presentes e rearticulados em nossa literatura oral e de folhetos.

Há, por sua vez, algo que nos evoca até pela forma dialogada e visualmente presente, teatralizadora, um tipo de leitura que é escuta, a satisfação do texto prazeroso, mesmo se castigador e edificante, nestes começos da ficção brasileira. Mas por quem seria lido?

O livro, que nos traz a proposta de um massacre deliberado das culturas populares, de sua expressão, das chamadas manifestações profanas, impregnado de toda espécie de preconceito e de racismo, ao avançar, nos vai oferecendo a possibilidade de uma rica avaliação etnográfica, uma acurada observação da vida cotidiana, das práticas mais correntes de nossa vida social, no século XVIII.

Trata-se, além disso, da construção de uma espécie de ecossistema cultural do Brasil e de sua natureza (fauna e flora aí representadas) e a referência constante à sua constituição social, oferecendo-nos detalhes que, de outro modo, nos escapariam. Há uma curiosidade a mencionar: ele nos oferece, em seus pontos de vista, con-



cepções definidas e também ambigüidades. Em certo momento, dentro de um sistema de previsões, que aí organiza, nos traz um conjunto de categorias que eu terminaria por aproximar (pelo modo de sugerir, e pela própria formulação) daquelas propostas por Ítalo Calvino em suas *Seis Propostas para o Próximo Milênio* (2).

“Senhor (me disse o morador) antes que deis fim ao vosso discurso, tomara que me explicásseis quaes são esses os dotes da gloria. Sabei, senhor, (lhe disse eu) que o primeiro é *Claridade*, o segundo *Subtileza*, o terceiro *Impassibilidade*, e o quarto *Agilidade*.” Ao referir-se ao quarto dote, que é *Agilidade*, ele nos fala também em *Ligeireza*. Ora, isto nos leva a supor que haveria um texto comum, proveniente da tradição Escolástica. Calvino teria utilizado textos antigos de que se servira também, em seu tempo, o nosso escritor luso-baiano.

Como se sabe, a peregrinação é um gênero tão freqüente na Idade Média, destacando-se as *peregrinações* aos lugares santos, e sua contraparte a *peregrinatio ad loca infecta*. Lembramos que o próprio São Francisco de Assis era conhecido como o peregrino celeste. Na literatura portuguesa temos textos notáveis como aquele coetâneo dos *Lustadas*, no século XVI, investido de conotações picarescas, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Mas há ainda alguns, como é o caso da *História do Predes-tinado Peregrino* de Alexandre de Gusmão (3), que podemos considerar antecedente direto deste nosso compêndio, carregados de didatismo e de componentes alegóricos.

Quanto à concepção da obra de Nuno Marques Pereira, sugeriu-nos, há muitos anos, Aderaldo Castello o acompanhamento comparativo do *Pilgrim's Progress* de John Bunyan, o que será feito em próxima ocasião, numa outra abordagem mais diretamente ligada à construção dessa obra. Por agora, observamos que narrativas encadeadas respondem em parte pelo sucesso deste livro moralizante, constatando-se a alegorização como processo, e o desenrolar de uma vocação fabuladora. Encontramos também toda uma percepção, por parte do autor, que poderíamos aproximar de

certos procedimentos da mídia, no sentido de exhibir o espetáculo social, de dramatizar situações públicas, por exemplo.

Por outro lado, ele parece nos situar diante de nossa dilatada condição barroca. O autor nos aparece, fortemente marcado pela parenética, pelo sermão, pela literatura espanhola, nos ecos de seu esplendor, pelos *Tratados de Ingenio y Agudeza*, que propiciam uma espécie de nova retórica cortês, tão atuante no universo da “expressão americana”.

Bem nítida está a marca do Padre Antonio Vieira, que aliás é citado contínuas vezes no texto. Como se pode observar, este é um tópico que merece também uma investigação particularizada. Aí nos situamos diante de procedimentos sensoriais, hipnóticos, visualizantes que nos evocam o universo das *performances* do sermão barroco, ali-ciadoras e didáticas.

Colocamo-nos também diante de uma história sagrada e bíblica recontada. São citados então outros oradores sacros, como é o caso de Frei Antônio das Chagas que eu passaria a conhecer pelos estudos de Maria de Lourdes Belchior Pontes (4).

No caso do *Peregrino da América*, trata-se de um texto de conversão e catequese mas também de denúncia e castigo. O livro é dedicado a N. Sra da Vitória, “em sua luta contra o Príncipe das Trevas – quando com vosso grande poder e auxílio convertestes”. Fala-se aí em: “convertendo uma multidão de almas”.

Já no “Prefácio”, define-se o conceito de cultura, dizendo que os homens em vez da palavra de Deus preferem ouvir as palavras ociosas, a que chamam de cultura, equívocos, fábulas e comédias: que nos livros espirituais se pagam dízimos a Deus e nos profanos se paga o terço ao diabo.

Na carta súplica do autor ao emboaba Manuel Nunes Vianna, pedindo-lhe que se digne a ler o seu compêndio, exalta-lhe a presença nesta dilatada região da América e, referindo-se ao Brasil como novo mundo, glorifica a sujeição a ferro e fogo dos rebeldes paulistas do sertão do Brasil, quando, nas Minas de Ouro de São Paulo, houve um notável motim ou levante contra os fi-

2 Ítalo Calvino, *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, trad. Ivo Barroso, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

3 *História do Predes-tinado Peregrino e seu Irmão Precito*. Em a qual debaixo de huma misterioza parabola se descreve o sucesso feliz, do que se há de salvar, & infeliz sorte do que se há de condenar dedicada ao peregrino celestial S. Francisco Xavier, apostolo do oriente composta pello Pe. Alexandre de Gusman da Cia de Esv, da Provincia do Brasil. Evora, com todas as licenças necessárias na officina da Universidade, anno de 1685, edição que consultei na John Carter Brown Library, em Providence, EUA.

4 *Frei Antônio das Chagas, um Homem e um Estilo do Séc. XVII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1953, p. 501. Este pregador se notabilizou por suas *performances* teatrais, pregando com um crânio na mão, apontando para uma didática do terror.

lhos de Portugal. Fala com entusiasmo da obediência que devem ter à Real Coroa de Portugal. Na razão direta do controle político pretende intensificar o do imaginário. Extensivamente, não fica difícil de compreender também por que a *História do Imperador Carlos Magno*, em suas múltiplas edições, se transformaria numa espécie de lastro do imaginário popular brasileiro, incentivado naturalmente, por ser, além de tudo, um *texto de conversão*, antagonizando cristãos e turcos e propondo a grande conversão ao universo cristão, e a sujeição à hegemonia da Igreja.

No caso de *O Peregrino da América*, o livro traz ainda a marca da denúncia, da contraposição das realizações populares a um modelo moralizador e religioso cristiniano e retrógrado, incluindo as práticas do castigo, como é o caso tão citado do episódio do calundu: “Por ver e ouvir contar como está introduzida esta quase geral ruína de feitiçarias e calundús nos escravos e gente vagabunda, neste estado do Brasil; além de outros muitos e grandes pecados e superstições de abusos tão dissimulados dos que têm por obrigação de castigar, motivo por que o Demônio, mestre da mentira, e sciencia magica se tem introduzido, com perda de tantas almas remidas pelo precioso sangue de Nosso Senhor Jesus Christo” (p. 6). E o autor trata de bem claramente explicitar: “Como homem do povo posso avisar e denunciar para que se ponha cobro, e se castiguem semelhantes vícios e pecados”. E adiante nos diz: “pois também é Templo de Deus o livro se é espiritual; porque se é profano é mesquita ou sinagoga” (p. 7).

É preciso ver de que modo isto se transforma em matriz ou reforça matrizes culturais do universo sertanejo, tão fundamentalista por uma parte e tão herético por outra, em multiplicador do texto impresso, combinando conceitos e firmando imagens.

Podemos até falar do papel da ação conversiva, e estabelecer uma relação entre uma demanda ávida de histórias, de narrativas e ao mesmo tempo de preceitos reguladores. Como resposta se oferece tanto a fábula, a narração de casos quanto o

preceito regulador, um corpo de aforismos, máximas, ditados e de sentenças.

Há neste livro, como em outros afins, a visão hegemônica do ideário da igreja católica. Propõe-se aí o anticapitalismo como modelo. A concentração de poderes e riquezas deve circunscrever-se ao estado religioso. Encontram-se no texto (pp. 32 e 33), sucessivamente, libelos contra o progresso e as riquezas, contra o mundo, o demônio, a carne – o oposto do desenvolvimento capitalista que se implantava na Europa. Aqui, ao contrário, o elogio do atraso e da pobreza, esta uma das virtudes teológicas. E é nestes termos que nos fala o autor: “Que gosto, que alegria, que gloria estará gozando para sempre Lázaro na Bemaventurança, por ter sido pobre, chagado, roto, faminto e desprezado!” (p. 35).

No entanto e, por sua vez, comparece o elogio da nobreza e da restauração portuguesa, oferecendo ao leitor aspectos mágicos da recomposição da nacionalidade. Este seria um espaço em que se poderiam articular e conduzir visões e profecias, um espaço propício para a passagem de heterodoxias, como sabemos. Aí, o rei português Pedro II nos é apresentado (pp. 40 e 41) como o conservador da paz, guerreiro acérrimo contra o dragão infernal.

Este texto que se revela profundamente anticapitalista e, por outro lado, intolerante e anti-semita, traz, no entanto, a condenação de uma pobreza ociosa, e advoga o trabalho para o pobre, como meio de salvação eterna. Um tema assim, que reúne trabalho/vadiagem, nos leva tanto à observação direta de sua frequência no discurso popular quanto à leitura de trabalhos muito sugestivos, como por exemplo um de Jacques Le Goff (5). No universo popular, sabe-se que o trabalho se oferece como um fardo, sacrifício, escravidão. Descartá-lo significa, portanto, uma atuação rebelde; e o cancionista popular, ao longo dos tempos, está cheio de tiradas de insurreição, em que comparece todo um humor pícaro: “mas a troco de que/ eu vou trabalhar/ se o trabalho cansa e me faz suar”...

Ao pensar nos capítulos em que se trata mais diretamente de temas como a escravi-

5 *Pour une Autre Moyen Age; Travail et Culture em Occident*, Paris, Gallimard, 1977.

ção, encontramos importantes materiais para a construção de uma reflexão histórica e antropológica, sobre a vida social, tendo em vista a sociedade colonial brasileira. Há neles algumas postulações do trabalho como servidão e purificação, destino. Aliás, encontra-se esta vertente na cultura tradicional brasileira, e que se repete, por exemplo, na obra de Elomar, no incomparável *Canto de Amarração* (6), que é um tipo de canto, contíguo ao de trabalho, no qual se propõe amarrar, fazer cera, sabotar por alguns momentos, instalando a rebeldia. Porém, no final, temos, na remissão ao discurso bíblico, uma espécie de sujeição sugerida: “mas a canga no pescoço Deus ponzou promode Adão/ dessa lei nunca me esqueço/ com o suor comer o pão”...

Aqui, no *Peregrino*, as recomendações ao escravo são apresentadas, no sentido de que “mais vale trabalhar e obedecer a vosso senhor do que fugir”. Mas aí o preto bom, aquele que se submete, vai ao céu, como no cancionário de teor folclorizante: “não vos meta em desconfiança a cor preta e seres humildes e desprezados do mundo por pobres, porque é este o meio por onde se alcança o reino dos céus”. Interessante, no entanto, é que o autor reconhece a existência de santos pretos e, em passagens edificantes, ensina aos senhores como tratar escravos. Isso não o impede, em outras seqüências, de dizer (pp. 156-63) que não se deve hesitar em vendê-los. Encontramos, então, como contraparte, um discurso pretensamente humanizador, pedindo que para os escravos sejam dadas “algumas férias no ano, em que totalmente cesse o trabalho, comam, folguem, e se alegrem para que cobrem alento e desejo de continuarem no serviço; e trazei-os sempre diante dos olhos que o premio e o castigo são dois eixos em que se move o acertado governo”. Adverte aí, porém (p. 157), para os perigos do escravo longe do senhor. Poderíamos nesse caso falar de uma escravidão intensamente justificada pelo autor. Sob este prisma, o texto é também muito rico, oferecendo materiais e documentos para a análise de práticas sociais. Denuncia, por exemplo, que escravos passam fome (p.

159). Menciona devassas para saber quem trata bem dos escravos (pp. 158-9) e se detém na descrição de vestimentas de mulheres criadas e escravas que devem sobretudo observar a modéstia e o comedimento: “se não podem vestir seda, vistam lã” (imagine-se esta caricatura tropical).

Aliás, esse capítulo da moda é muito interessante de se observar, onde quer que se percorra, na literatura portuguesa desde o século XVI, e até posteriormente. No *Palmeirim de Inglaterra*, novela de cavalaria portuguesa de Francisco de Moraes, encontramos a troca freqüente das novas modas e, sempre posto em oposição, o modo de vestir das portuguesas e das francesas.

Tem ainda grande interesse no texto, do ponto de vista documental, a apresentação dos nomes dos escravos. De fato, temos aí também uma grande contribuição para o estudo das religiões populares no Brasil. Certas passagens atestam (p. 152) as devoções à Senhora do Rosário, cujo culto nos oferece ligações de grande complexidade. As irmandades e confrarias são aqui comentadas (p. 330): “[...] e depois disto, também será acerto que repartais a vossa fazenda com as Irmandades e Confrarias dos Santos... e o mais que ficar de vossos bens, deixai que se repartam em duas partes iguaes: uma com as Almas do Purgatório... e a outra com os pobres. E não permittais que sejam vossos testamenteiros inquiridores, nem fiscaes das gerações dos pobres, tirando-lhes inquirições da limpeza do sangue e também de vita & moribus”. Comenta a posição de São Luis, rei de França que dava esmola a todos, mesmo aos infiéis. Portanto, ele acusa a existência dessas inquirições sobre limpeza de sangue... A cruz é então, e sempre, o ícone da conversão e do poder mas há aí também a presença da Compadecida: “Perdoe-se a esse povo ingrato: que eu sou quem sou” (p. 104), sendo que, ao longo do texto, defende sempre a “Santa Inquisição”.

Quanto aos repertórios e definição de cultura, há aí uma posição tão retrógrada quanto a econômica. O autor nos fala de “palavras ociosas a que chamam cultura” e se refere a equívocos, fábulas, comédias.

6 Cf. o CD *Cartas Catingueiras*, Rio Gavião, 1981.

E, assim, continua dizendo que Góngora, Quevedo, *Para Todos* de Montalvan, *Retiro de Cuidados*, *Florinda*, *Crystaes da Alma*, ensinam a falar para pecar. Deixa de mencionar no entanto as novelas de cavalaria, o *Decameron*, a *Diana* de Montemor, que como sabemos nos chegavam, e marcaram presença em nossa tradição (7).

Há, no entanto, a remissão a vários títulos que se referem a práticas de leitura, no tempo. Por exemplo, o livro *Casos Raros da Confissão* do Padre Cristóvão da Veiga.

Destaca-se ao longo do texto a presença de romances, quadras, entre outras. Conta-se, por exemplo, o caso do rei Alboino dos Longobardos, e o curioso é que este persiste no folheto de cordel (como, por exemplo, a história de Alboino e Rosamunda).

É bem sugestivo lembrar que o etnólogo Leite de Vasconcelos leu este livro, para montar, contando também com estes dados, toda uma etnografia portuguesa. Festas, hábitos, vestimentas. Aliás, deve ser este um capítulo à parte, pois festas, folguedos, saraus são apresentados aqui na plenitude de seus detalhes. Mas observamos que está presente com força e ímpeto a reprovação e proposta de não deixar acontecer o canto brasileiro: lundus, modinhas, tudo é considerado pecaminoso. No entanto descreve-se, em minúcia, a prática do sarau musical presidido por certa matrona, onde se acusa a presença de rapazes e raparigas, porém divididos uns dos outros em boa ordem, e todos com papéis de solfa nas mãos. Ao descrever o espaço e os objetos, oferece-nos a possibilidade de ter acesso a todo um elenco de instrumentos musicais: violas, harpas, alaúdes, rabecas, baixões, fagotes, cornetas, flautas, charamelas, etc., e leva-nos a encontrar em um canto da sala um órgão, um cravo e um monocordo – uma estante de muitos papéis de solfa (veja-se a importância do texto impresso) e livros da mesma arte. O interessante é que a Mestra da solfa oferece ao Peregrino uma régua de ouro. A prenda é um dado muito importante para pensar o espaço imaginário e as relações sociais desses tempos de mineração.

Mas o terrível é que o autor capta o

universo dos cantares populares, a repetição do próprio romanceiro ibérico, para puni-los, de forma implacável e repressiva. Um soldado que depois vira religioso (p. 46) ouvindo uma chula dera uma cutilada – “e sentio alguns dias o golpe do raio que pedira cantando” – e conclui que tudo o que o povo canta é música lasciva e cantos desonestos, condena os músicos de orelha (quem toca de ouvido). Comenta uma festa de reis, portanto é a própria tradição ibérica que está sob ataque, quando diz que “sahiram estes com os vários instrumentos às portas dos moradores de uma villa, cantando para lhes darem os Reis” (p. 45), e então leva o autor sua posição de castigador às últimas conseqüências, realiza ele próprio o apedrejamento da tradição popular, quando vai contando, em compassos, o fato de os foliões serem punidos com pedradas.

Uma parte descrita e que nos interessa de perto é a da crítica de costumes. Acusa-se a prostituição infantil, no Brasil: “raparigas de 9 a 10 anos já perdidas” (p. 180), e dados como estes vão ser da maior importância. Comenta aí também as ligações amorosas com escravas (pp. 227-8), apresentando “casos lastimáveis” e que mereceram castigos.

Têm ainda um interesse especial os capítulos que trazem materiais sobre a medicina: doenças, saúde, milagres, diversão, corpo e alma (pp. 170-1). Assim nos conta o autor-narrador que Moreto, em seu livro *Luz da Medicina*, compara o sêmen do homem ao azeite de uma candeia que uma vez acabado expira. Elenca as mortes que se dão, quando do ato sexual, todos os perigos do sexo, numa cruzada moralista, que considera sempre sexo como vício (p. 235). Por sua vez, tratando dos achaques e das receitas, ele nos fala dos cirurgiões, médicos e barbeiros. Toda esta parte é muito curiosa para nós, hoje. Depois de descrever os males que acometiam as pessoas, um dos remédios sugeridos seria ler à mesa as “vidas de santos”, aliás prática corrente no sertão. Sabe-se que se lia o *Flos Sanctorum*, e suas narrativas de martírio. Tudo isso conflui para o repertório que viria formar

7 Luis da Câmara Cascudo, *História da Literatura Brasileira (Oral)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

livros e almanaques, como aponto em meu estudo sobre o *Livro de São Cipriano* (8). Também a seqüência de um corpo sentencioso e preventivo que ficaria presente em nossa cultura. Muitas vezes ouvi do meu pai, como se foram casos ou conselhos do sertão: “fugi do sereno da noite/ buscai o fresco da manhã” (p. 316).

A segunda parte do *Compêndio Narrativo* requer um trabalho crítico e de edição, pois o que se lê no segundo volume é editado a partir de um apógrafo, e disso somos informados na edição de 1939. No prefácio, Afrânio Peixoto fala de um deplorável apógrafo com erros ortográficos, aglutições de vocábulos, etc.

Na leitura deste volume, observamos, de fato, que se trata possivelmente de outro autor escrevendo a continuação da obra. Ao citar, temos de ter a consciência de que o texto não recebeu tratamento. As afirmações podem ou não ser de Marques Pereira. Algumas referências vão como curiosidade: consta da edição uma carta sua, pedindo a edição da segunda parte ao rico cidadão da Bahia Miguel de Passos Dias.

Aqui também comparece o repertório de leituras do período colonial, a partir de uma sugestão do autor: Dom João de Palafox, *Pastor de la Noche Buena*; Padre Alexandre de Gusmão, *O Peregrino Predestinado*; Tristão Barbosa de Carvalho, *Peregrinação Cristã*; Frei Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*, e daí por diante.

Nele se encontram os ecos dos cancionários barrocos e uma carga hiperbólica que implica a intensificação dos signos, levando ao que se poderia chamar “barroquismo”, a partir da conceituação de Hatzfeld, como neste exemplo: “Vi e reparei naquele famoso e arrogante Rio Tejo, gigante cristalino com a garganta de ouro e a boca de prata fina” (p. 19). Há uma série de estranhezas no texto. A peregrinação se faz na Europa então: “Passei aí à França e entrei na opulenta cidade de Paris e nella vi ao seu rei Luis XV”. Mas há aí também a mistura de elementos locais, quando se comenta, por exemplo, a presença dos índios do Brasil.

No livro I, comenta o autor a ferocidade dos índios brasileiros, as atividades de al-

guns e até o fato de eles encontrarem âmbar na costa do Brasil, e o venderem. Aqui e nesta ocasião os compara aos ciganos (p. 29). São grens e aimorés e repara em suas crenças ou no que se ouve delas dizer; e, o que é curioso, atribui suas línguas a Babilônia e a Babel.

Constata-se também que, enquanto a primeira parte se passa nas várias cidades do interior e no campo, esta se volta mais para o urbano, e aí nos fala dos “gostosos manjares, vários sorvetes (creio que são refrescos, o que se sorve), chocolates, chá e café e outras muitas potages de gosto e de paladar (p. 37).

Continua a se referir em pormenor à farmacopéia lusitana, aos remédios, médicos, fórmulas, farmácias. Define-se aí quem são os médicos, os barbeiros, os cirurgiões. Alguns trechos como estes nos trazem importantes depoimentos: “Resta-me dizer-vos o conceito que faça dos barbeiros; porque além de serem mui poucos os homens brancos que exercitam esta arte, por serem negros e pardos, que della usam e talvez mal aprendidos...”. Continua a se punir a arte popular com o castigo e com a morte. Note-se, no entanto, em razão direta desta punição, a força que vai tendo a música popular brasileira. Surgem casos de lastimosos desastres, e de ligação desta arte popular com o castigo. Também são muito fortes as investidas contra o teatro, a música, a dança – todos provocativos à luxúria! (p. 105). E são ainda referidos os abusos do entrudo. É tão terrível a condenação do teatro que parece oportuno aqui transcrevê-la (pp. 108-9). Argumenta-se que bailes e saraus são festas do Demônio e que “S. João Chrysostomo dizia ao povo Antioqueno, que antes queria estar muitos dias em um cárcere escuro, que por breve tempo em um teatro. E por isso chamou o santo o ver e assistir a comedias escola de deshonestidades, pestilente officina de luxuria, lugar de perigosas enfermidades e forno de Babilonia”.

O mesmo discurso castigador se fortalece, ao tratar das festas na Bahia: “[...] Principalmente na cidade da Bahia: pelas grandes devassidões de danças, músicas e

farsas tão desonestas, ainda dentro das igrejas e procissões, que se fazem pelas ruas públicas, indo, provocando muita lascívia, como todos os annos se está vendo, e experimentando usarem estes taes dançantes balharins”.

Interessante é que menciona festas que duram anos, dias e meses e os bailes cantados feitos por estudantes nos pátios do colégio, para solenizarem a festa das onze mil virgens. Aliás, esta curiosa celebração está mencionada no depoimento do Padre Fernando Cardim e merece uma ampla nota de Rodolfo Garcia (pp. 118-9). Atribui as epidemias das primeiras bexigas e o fatal castigo da doença da bicha à punição dada pela ira de Deus por causa dos dançantes.

Aliás, este segundo volume se constitui num repositório detalhado das festas, das cavalhadas, das devoções populares, celebradas com festejos, como é o caso da festa de São Gonçalo: “Também digo, e aviso, que se deve pôr grande cuidado (os que têm obrigação de o fazer) que não se permita, nem consintam, que vão encaretados com danças desonestas diante das procissões...”. Volta depois sua mira para o riso, que considera coisa do demônio, como nos diz num episódio moralizador: “A este propósito de risadas vos contarei um caso, que vi acontecer. Havia um homem assistente na cidade da Bahia, chamado João Araújo: vulgarmente o apellidavam por João Magano, por ter sido do Congresso do Doutor Gregorio de Mattos [note-se o lendário em torno do poeta maldito], e que costumava levar-lhe os alvitres, e contar-lhes os sucessos, que aconteciam na cidade, para os compor em versos. Succedeu estar em uma janela das suas casas com um seu amigo; e neste tempo passou pela rua uma negra mui ridícula, e engraçada em dizer dictos jocosos. O castigo não tardou, João Magano *morreu de rir* e o autor sugere que ele esteja no inferno chorando”.

Também neste livro, e em função da reprimenda e da história exemplar, se fazem passar algumas importantes (mesmo se fantasiosas) informações sobre a criminalidade na Bahia. O que não falta é pesquisa para se fazer a respeito de tudo isto.

CERTA FORTUNA CRÍTICA

Ao fazer um percurso, não exaustivo, através de algumas histórias da literatura e da crítica no Brasil, visitando autores de tendências bem diferentes, tanto ideologicamente quanto em suas concepções de cultura ou da cultura brasileira, procuraria recolher dados, contribuições e questionamentos, que nos sugerem outras leituras ou confirmam algumas das que fizemos, ou vão mesmo em outra direção, trazendo sempre um elemento para pensar a obra, seu autor, seu tempo.

Massaud Moisés (9) é um dos autores que mais destacam e valorizam o *Compêndio*. Vê ali o caráter de enciclopédia da vida colonial brasileira e discute a dificuldade de rotular a obra num gênero preciso, mas aproxima-a da literatura de viagens, e quanto à estrutura, divide-a em dois eixos, um horizontal e outro vertical, em que se condensariam os ingredientes doutrinários. Seria para ele uma novela alegórica ou alegoria novelesca da peregrinação do homem pela face da terra, vendo a figura do Peregrino como o *alter ego* do autor. Marques Pereira, entre a novela alegórica e o livro de catequese, pretenderia oferecer ao leitor um livro de doutrina e de práticas correspondentes, uma espécie de *vade mecum* para o colono (eu diria para o brasileiro).

Quanto ao nascimento de Nuno Marques Pereira, considera-o problemático. Teria nascido na Bahia em 1652, mas há indícios que permitem supô-lo de origem portuguesa, e acha que já velho aos 81 anos teria o autor escrito a segunda parte do livro. Estudava Direito em Coimbra, e, repetindo Rodolfo Garcia, nos diz: “E, arquitetando hipóteses, pode-se admitir Nuno Marques como incurso no rol incontável dos aventureiros que a *aurea sacra fames* atraía ao distrito das Minas”. Era homem do povo e pobre como ele próprio declara. Cabe-nos perguntar, então: não estaria a serviço de alguém? Ou teria o desejo de ser o nosso grande moralista?

São interessantes aí as observações sobre o tempo da narrativa. E assim argu-

9 Massaud Moisés, *História da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1990, p. 360.

menta Massaud Moisés que, apesar das indicações de que a ação se passa no tempo do narrador e numa geografia situada entre a Bahia e Minas Gerais (a que o escritor melhor conhecia), trata-se de marcos externos: os interlocutores se encontram sempre em local determinado, mas a fabulação que lhes ocupa as horas decorre numa cronologia e num plano virtuais. Em qualquer ponto entre os dois estados do Brasil e em datas incertas, dão-se os acontecimentos referidos pelo Peregrino.

Massaud Moisés comenta que o microcosmo do autor é a Bahia também por ser a sede da colônia e por ser o território que conhecia melhor, e para a qual, pelos seus costumes, previa castigos que cairiam sobre ela como o caso da cidade de Lima.

Quanto à linguagem, nos diz que, descontados os estropiamentos gráficos e tipográficos, constata-se a displicência do autor mais preocupado com a doutrina do que com a escritura, mas observa que não lhe falta lucidez para ver as limitações em que se move. Observa o entusiasmo de Varnhagen quando este proclama a excelência que tem o *Compêndio*, dentre os da antiga literatura – moralidade da doutrina e estilo e correção da linguagem e pela instrução vasta do autor, contemporâneo do Padre Vieira, que tanto imita e que muitos trechos podiam passar como sendo de nosso jesuíta...

Traz-nos uma referência ao Visconde de Porto Seguro que, numa tirada de puro *nonsense*, chega a assegurar que “Vieira não nos legou uma só produção tão acabada e filha de tanto estudo e meditação como o *Peregrino da América*”.

Encontramos aí a referência à relação do livro de Marques Pereira com o de John Bunyan, *The Pilgrim's Progress* (10), 1678, e o Brasil, como o campo de prova para a idéia da peregrinação – para a propagação da fé e seguindo o desdobramento em máximas e aforismos, em grande proporção.

Massaud Moisés não tem dúvidas de que o pensamento político de Nuno Marques se enquadre no âmbito da monarquia e do jesuitismo, entrelaçados: reis católicos obraram façanhas de espantar e a Companhia de Jesus servia à dilatação do Império:

aristotélico porque jesuítico e vice-versa. Fala-nos também da moral utilitarista dirigida ao melhor governo do mundo, com o que se satisfariam o indivíduo e o Império.

Faz-nos lembrar que o autor parte de uma concepção apocalíptica do universo, pois considera-o um Palácio da Saúde, degenerado e hospital de loucos. Constata também, como todos nós, um declarado anti-semitismo, posição antagônica à de Vieira: “os judeus são uma geração de gente tão aborrecida e excluída do mais progresso de todas as criaturas racionais” – ou, em outra passagem: “ser filho de judeus vale o mesmo que filhos do demônio”.

Observa como interessante o fato de o autor, para além do teatro, considerar a pintura como uma visão do inferno, e aí o crítico nos lembra com razão que aqui ele minimiza ou desconhece a pintura barroca religiosa.

Mas este livro obscurantista nos traz importantes documentos e testemunhos de seu tempo, como aquele que se refere à Poesia na Bahia no século XVII, e que Massaud Moisés tão oportunamente selecionou: “no estado do Brasil (falo dos nacionais da cidade da Bahia, e seu recôncavo) foram e são tantos os poetas que bem pudeira eu dizer que nele estava decantado aquele monte parnaso, onde disseram os antigos existiam as Musas; porque verdadeiramente apenas se achavam, entre cem filhos do Brasil que versaram e versam estudos, dez que não sejam poetas, porque os noventa todos fazem versos latinos e vulgares”. Emite sua apreciação sobre os poetas da Bahia, entre eles Manoel Botelho de Oliveira e Eusébio de Matos. Chama Gregório de Matos de grande poeta, grande talento, mas repele a tendência gongorizante e os pregadores.

O crítico fala da viagem ufanista que assim se constrói: “Mui dilatada estrada e verdes campos à vista de mui aprazíveis arvoredos, porque os da América sempre neles é Primavera”. Pede também que se observe o pessimismo e o niilismo e que os teólogos citados por Marques Pereira são São Pedro Crisólogo e Santo Ambrósio.

Já Afrânio Coutinho (11) associa a no-

10 John Bunyan, *The Pilgrim's Progress*, 1678.

11 *Introdução à Literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares Ltda., 1975, p. 390.

vela de Marques Pereira aos primeiros séculos da vida colonial, relacionando-a com os textos e autores ufanistas. Liga-a ao Barroco, dizendo que foi sob o signo do Barroco, definido não só como um estilo de arte mas também como um complexo cultural, que nasceu a literatura brasileira. Aponta para a importância da literatura jesuítica, com a obra ufanista mas de sentido literário de Botelho de Oliveira e Nuno Marques Pereira, bem como a de Vieira e Gregório, com a descendência do primeiro na oratória sagrada e com a família de poetas e prosadores das academias. Estabelece uma distinção entre literatura de conhecimento e literatura de poder, dizendo-nos que a impregnação barroca é tão profunda nos escritores do período que a ela não escapam inclusive os historiadores e pensadores.

Procura mostrar que os gêneros literários mais cultivados são o diálogo, a poesia lírica, a epopéia, ao lado da historiografia e da meditação pedagógica, das quais o Barroco retira o máximo partido, misturando o mitológico ao descritivo, o alegórico ao realista, o narrativo ao psicológico, o guerreiro ao pastoral, o solene ao burlesco, o patético ao satírico, o idílico ao dramático, sem falar no *mestiçamento da linguagem*, já iniciada como imposição da própria obra de evangelização e da nova sensibilidade lingüística, de que decorrerá a diferenciação de um estilo brasileiro.

A ideologia barroca foi fornecida pela Contra-Reforma e pelo Concílio de Trento a que se deve o colorido peculiar da época, em arte, pensamento, religião e concepções sociais e políticas (p. 98). E é bem interessante o fato de colocar aí nessa dilatada concepção de barroco a obra de Marques Pereira.

Alfredo Bosi (12) passa muito ligeiramente por sobre o *Peregrino*. Chama de a “alegoria moral” de Nuno Marques Pereira, apesar do didatismo que a marca (p. 25). Ao tratar de “prosa alegórica” nos diz tratar-se de curioso exemplo de prosa narrativa barroca: o *Compêndio*... uma longa alegoria dialogada, muito próxima do estilo dos moralistas espanhóis e portugueses que trocaram em miúdos os princípios ascéticos da Contra-Reforma. Chama a atenção para

indicações topográficas precisas, estende-se “o território dos deleites”, alteia-se o “palácio da saúde” e a “torre intelectual” servindo de saída para a Corte do Desengano. Como nas páginas de Marques Pereira ressurgem inteiras a simbologia medieval de que o barroco ibérico parece às vezes uma contrafação.

O comentário de Bosi nos introduz num universo indispensável como textos de suporte para entender esta obra. Os dos moralistas ibéricos, sendo que, conforme me possa lembrar, não há nada mais terrivelmente discriminador do que obras como o *Livro de Marco Aurélio* ou o *Relógio de Príncipes* de D. Antonio de Guevara, Bispo de Mondoñedo.

Já em *Dialética da Colonização* se alonga mais (pp. 46-7) (13), e no capítulo “Sob o Limiar da Escrita” diz que há *expressões de fronteira* que se produzem na vida popular com os códigos letrados para cá trazidos, ao longo de todo o processo colonizador. Acho que o autor entendeu que esse livro não está firmemente assentado num cânone da literatura considerada como tal. Um rito africano de escravos, ouvido com horror por Nuno Marques Pereira, no começo do século XVIII, e por ele chamado de calundu e exorcizado no seu *Peregrino da América*, nos diz Bosi, não é a mesma coisa que uma procissão de enterro, promovida pela Confraria de N. Sra. do Rosário dos homens pretos de Vila Rica, poucos anos depois.

Lendo (p. 60) a alegoria barroca de Nuno Marques Pereira, *O Compêndio*, saído em 1718, encontro um episódio que mostra como a diferença religiosa se resolvia em práticas de puro e simples exorcismo. Refere-se ao barulho noturno, a explicação do fazendeiro, em verdade uma boa lição de antropologia, colhe em termos simples as funções integradoras do rito que se transportou da África e se manteve, nas condições adversas do eito e da senzala. O *Peregrino* chama de diabólicas essas artes (14).

“Se procurarmos extrair um significado comum e mais geral dos desencontros apontados, surpreenderemos a dialética de um complexo formado de tempos sociais distintos, cuja simultaneidade é estrutural,

12 Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3ª ed., São Paulo, Cultrix, 1994.

13 Idem, *Dialética da Colonização*, 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

14 Cf. Laura Mello e Souza, *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

pois estrutural é a co-presença de dominantes e dominados e estrutural é a sua contradição. O olho do colonizador não perdoou ou mal tolerou a constituição do diferente e a sua sobrevivência. A rigidez ortodoxa selada pelo Concílio de Trento abominava as danças e os cantos afro-brasileiros. Mais tarde, o gosto acadêmico de molde francês desprezaria a maneira arcaico-popular do barroco mineiro, ainda sobrevivente na arquitetura religiosa do século XIX”, nos aponta Bosi.

Wilson Martins (15) diz-nos que em 1718 publicava-se em Lisboa o primeiro volume da *Nova Arte de Conceitos*, resultado das lições que o licenciado Francisco Leitão Ferreira tinha pronunciado na Academia dos Anônimos. Três anos mais tarde saiu o segundo volume. Considera que Baltazar Gracián é uma das fontes ao invés de Leitão Ferreira. Wilson Martins sugere que se pense no ponto de encontro entre a estética jesuítica que é mais que barroca neolatina e a estética aristotélica, fonte da doutrina neoclássica. E lembra que, em caso de conflito, Leitão Ferreira apontava nitidamente para Aristóteles, firmando o caráter português e a recusa do barroquismo espanhol. Lembra-nos também como a presença medieval era ainda bastante forte para produzir em Portugal, em 1725, o *Peregrino da América* (refere-se certamente à edição de 1728).

Questiona a data do nascimento do autor, 1652 (note-se que o autor teria morrido quando surgiu a primeira edição da obra, 1728), mas destaca o fato de ele ver em D. Francisco Manuel de Mello o nosso Sêneca de Portugal. O narrador, chamado significativamente Pastrano, tinha a vida como passagem, retomando o Padre Alexandre de Gusmão, no *Precito Peregrino*, fazendo com que seu livro seja considerado um manual de teologia. Interessante é a idéia destacada de que o confessor há de ser como o Médico, Cirurgião e Sangrador.

Quanto aos estudos de Nuno Marques, encontramos selecionada em Martins uma citação interessante: “e se não me deram o grau de doutor pello menos não me deram o estatuto de ignorante”. Ao considerar o autor e sua obra, aponta para a leitura do *Roman*

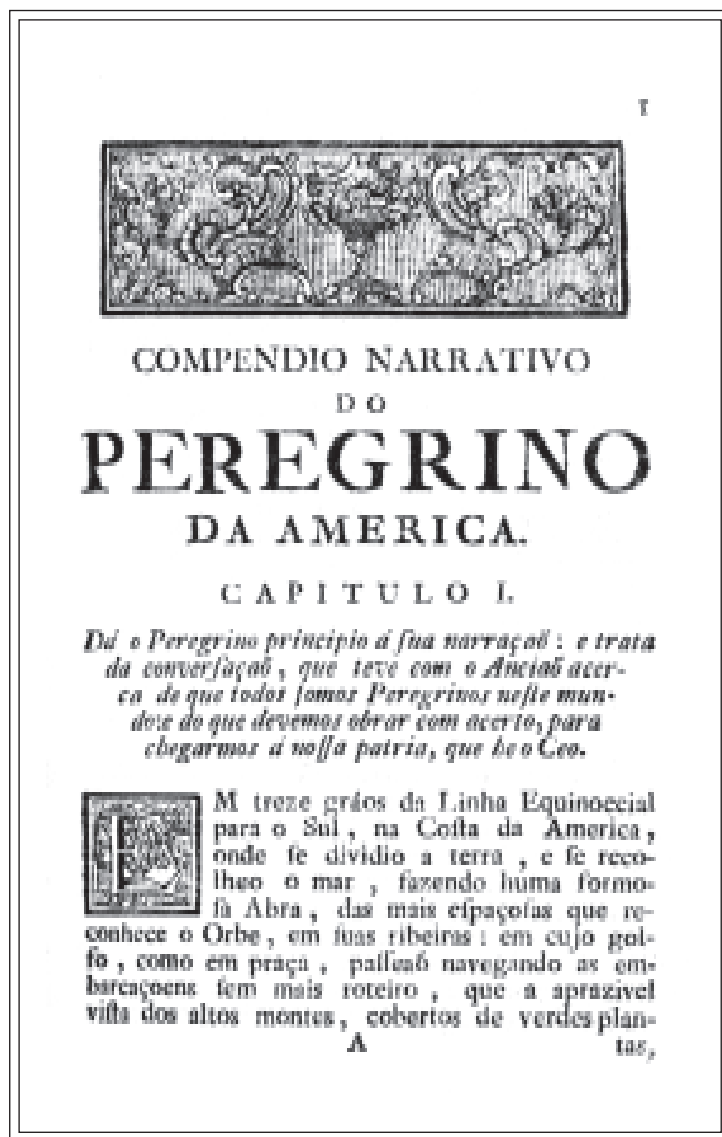
de la Rose. Creio que o interessante seria porém considerar que tudo isto se fez passar para práticas do discurso da literatura portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Atribuindo o papel de importante matriz à obra do padre Alexandre de Gusmão, também constantemente reeditada, comenta o volume de literatura religiosa e a presença constante do sermão. Em 1732 saiu o sermão de Nossa Senhora das Maravilhas pelo padre Antonio de Sá, pregado na Sé da Bahia; o Sermão do padre Caetano Dias de Figueiredo, 1732, nas exéquias dos sacerdotes irmãos e de São Pedro, na sua capela da Bahia, e ainda os dos padres Antônio de Sá e Eusébio de Matos.

Wilson Martins (pp. 167-8) considera

15 Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 2ª ed., São Paulo, Cultrix, 1977, 6 v. (os trechos citados ou comentados vão da página 313 a 320).

**Página de
abertura da
edição de 1765
do Compendio**



Nuno Marques Pereira um autor do século XVII, embora termine seu livro em 1725, e o vê como “a projeção paradigmática do pensamento nostálgico que, percorrendo-o, de ponta a ponta é, ao mesmo tempo, causa e a consequência de sua frustração cultural”.

Na página 209, referindo-se ao livro inglês, diz que aí está o modelo imediato do *Peregrino da América* (1725). Parece inegável igualmente que o Padre Alexandre de Gusmão seguiu o modelo oferecido por John Bunyan (1628-88), seu exato contemporâneo no famosíssimo *Pilgrim's Progress*, publicado desde 1678, ou senão a coincidência é espantosa. Este é um dos clássicos da literatura piedosa em língua inglesa, como todos sabem.

Mas é preciso aceitar a idéia de que o século XVII mental ainda não estava encerrado nos meados do XVIII. Basta compreender que a terceira edição do *Peregrino* surgiu em 1752, isto é, no mesmo ano que as *Máximas de Virtude e Formosura* (*Aventuras de Diófanos*) de Tereza Margarida da Silva e Horta (1712 a 1793). Ambos os livros seriam aliás amplamente editados depois disso: o de Nuno Marques Pereira em 1760 e 1765, o de Tereza Margarida em 1777, com duas páginas de rosto sobre o mesmo texto – 1790 e 1818.

Já Nelson Werneck Sodré (16) nos diz que Marques Pereira foi o autor do incrível *Peregrino da América*, e que Varnhagen o compara às páginas de Vieira, e Leite de Vasconcelos acha uma obra bem observada e bem escrita...

Ao abordar Aspectos Literários do século XVIII (p. 92), José Veríssimo (17) nos diz que Rocha Pita e Marques Pereira merecem a atenção da história e do último não sabem os biógrafos senão que nasceu em Cairu na Bahia em 1652 e faleceu em Lisboa em 1728. Dos seus estudos, vida e feitos nada se conhece que não seja suspeito de infundado. Segundo a *História da América Portuguesa* de Rocha Pita, era presbítero secular, escrevendo esta obra que consta ser o único trabalho do autor, no intuito de denunciar ou de emendar os costumes do estado que... Acredita que a de 1728 é a primei-

ra edição e, quanto ao gênero, diz que o *Peregrino* não é de modo algum um conto ou novela. Nem se aproxima da chamada literatura de cordel. E é bem interessante este comentário. O autor pressentiu que a coisa andava fora do cânone tradicional mas não sabia precisar de que modo.

Não se pode dizer que o livro de Nunes Pereira tenha iniciado o gênero romanesco ou novelístico no Brasil. É, porém, uma ficção como o são também os *Diálogos das Grandezas do Brasil* – uma ficção de fim e caráter religioso. Ele nos fala do autor ou de quem finge escrever a narrativa (ponto muito importante). Já distingue e aponta para as questões do narrador. Um peregrino ou viajante que trate da sua salvação pedindo que se veja neste ponto a concepção do mundo como estrada de peregrinos. A vida como passagem, como nos diz Elomar, “que a vida nesta terra é uma passagem...”.

Veríssimo comenta que seria “ele de todo desinteressante para nós que não nos comparamos mais com estas reflexões parenéticas se o autor não tivesse misturado cenas da vida real, contado anedotas, citado ditos e reflexões profanas, aplicado sua doutrina e moralidade a casos concretos, revendo a vida e os costumes do tempo e lugar, referido aos fatos de sua experiência e feito considerações através das quais divisamos sentimentos e idéias contemporâneas e aspectos da existência colonial”. Aponta para a moral caturra e trivialíssima na pior maneira do mal estilo da época. Segundo ele, nada salva pois o *Peregrino da América* de ser a sensaboria que se tornou mal passado o século, em cujo primeiro terço foi publicado, e nos diz: “[...] Esses livros e que já raros serão capazes de ler integralmente foi um dos mais lidos do seu tempo e no imediatamente posterior (como provam as cinco edições em menos de quarenta anos, número considerável para a época)”.

E, segundo o crítico, a primeira obra de imaginação escrita por natural da terra e que dizia de coisas desta trazendo referência aos seus costumes, notações de sua vida, alusão aos seus moradores, derramava-se em consideração de suas manhas. Talvez

16 Nelson W. Sodré, *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

17 José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 4ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

esteja na sua atualidade o segredo de sua estimação e sucesso. Afirma também que os seus patrícios no fim do século já não a estimavam tanto. Silva Alvarenga, no canto V de seu poema herói-cômico – *O Desertor das Letras*, 1774 –, enumerando livros então considerados somenos e desprezíveis, cita o *Peregrino da América* (*Obras Poéticas* de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, edição de Norberto, Rio de Janeiro, Garnier, 1864, II, p. 70).

Já Pedro Calmon (18) considera que o livro brasileiro por excelência foi *Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira (1ª ed. Lisboa, 1728). Quanto a ser português ou brasileiro, diz apenas que autores como Varnhagen atribuíram-lhe a nacionalidade brasileira, dando o autor como nascido em Cairu, em 1652. Contesta e diz que esses autores avançaram sem fazer uma avaliação concreta. Na súplica ao famigerado Manoel Nunes Viana, elogiou-o como defensor e amigo dos seus *naturaes* – os filhos de Portugal (cf. Edição Academia, p. 12). Calmon alude, no entanto, à fuga de Marques Pereira de Cairu para Salvador. Pobre, velho, erudito valeu-se do ambiente culto da Bahia, sob o governo de Vasco Fernandes Cesar de Menezes (Primeiro Conde de Sabugosa) para pôr em ordem essas idéias, dando a lume com o auxílio...

Capistrano de Abreu (19) considera importante a obra de Manuel Nunes Vianna, governador das Minas, proclamado pelos emboabas. Fala-nos dos excessos praticados mas também dos benefícios de sua obra... Era, aliás, um espírito de certa cultura; gostava de ler *A Cidade de Deus* e obras congêneres; às suas expensas se imprimiu *O Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira, um dos mais apreciados livros para nossos avós do século XVIII, como provam suas numerosas edições.

Luciana Stegagno Picchio (20) nos diz que “completamente desvinculado do fato acadêmico [referia-se a Domingos Lourenço Couto, Recife, século XVIII, ligado à Academia dos Renascidos: desagравos do Brasil e Glórias de Pernambuco] mas aproximável de Couto pelo estilo, um barroco grandiloquente de impositação

doutrinal católica, na qual o fato sempre se torna *exemplum* destinado à exaltação do bem e execração do mal, surge outro historiador moralista, Nuno Marques Pereira (1652-1728/31), autor daquele *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* que, na esteira do *Pilgrim's Progress*, de Bunyan, divulga em formas portuguesas o gênero *peregrinatio* edificante. E pretendeu-se, mesmo, distinguir em sua obra, que teve grande popularidade no século XVIII (a primeira parte publicara-se em Lisboa, no ano de 1728), o início de uma narrativa brasileira de ficção. Mas a bagagem de alegorias que sobrecarrega e desumaniza personagens e acontecimentos, ainda que tirados da vida real, torna sua narração cansativa e para nós ilegível” (p. 124).

José Aderaldo Castello (21), numa parte de seu livro mais recente, refere-se ao *Compêndio Narrativo* de Nuno Marques Pereira, e a este como residente em Salvador. Diz-nos que o modelo dessa obra está na moralística espanhola e pede que se a confronte com obra semelhante do narrador inglês John Bunyan, *O Peregrino*, do século XVIII. Define assim a obra: “Escrita em forma de diálogo, fantasiosa e comprometida com o ficcional, entremeia verso na prosa barroca, compondo um tecido de casos e fatos exemplares, episódios de fundamentação verídica e alegorias”. Falamos do espaço da narrativa se estendendo de Salvador, pelos caminhos da mineração até Ouro Preto, com incursões em Pernambuco, ao mesmo tempo que sobrepõe a todo o Brasil uma visão profética e de conjunto. Considera que é esta uma das obras de maior relevo do desenvolvimento da prosa escrita sobre o Brasil e no Brasil, já definida como brasileira (pp. 102 e 103). Adiante, num esquema que apresenta à página 132, ao levar em conta o que chama de sincretismo, relação homem/terra, ao tratar de crônica, inclui o autor. Considera esta obra, em seu enfoque moralista na contravertente da literatura ufanista (ao contrário de Afrânio Coutinho que a considera ufanista), e reúne a ela a sátira de Gregório de Matos e as *Cartas Chilenas* de Tomás Antonio Gonzaga. Diz também que

18 Pedro Calmon, *História da Literatura Bahiana*, Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1848.

19 J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet, 1969, 5ª ed., revista, anotada e prefaceada por José Honório Rodrigues.

20 Luciana Stegagno Picchio, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997 (trad. Pérola de Carvalho e Alice Kioko), Biblioteca Luso Brasileira.

21 José Aderaldo Castello, *A Literatura Brasileira. Origens e Unidade*, vol. 1, São Paulo, Edusp, 1999.

talvez provenham das futuras posições pessimistas, do século XIX, em choque com o otimismo irradiante dos ufanistas.

No segundo volume (p. 493), entre as figuras de proa da literatura brasileira que configuram uma identidade, e que expressam este vaivém entre o externo e o interno, aponta Castello o nome de Nuno Marques Pereira. Aliás, em trabalho que publicou no Suplemento Cultural do *Estado de S. Paulo* (17/12/60) dá um especial destaque ao papel do *Compêndio* nos primeiros tempos do romance no Brasil, destacando a plasticidade, o colorido e a capacidade de movimentação de pessoas, transformadas em personagens. Delineando uma aproximação com moralistas ingleses e espanhóis, comenta que a narração deste texto escrito se aproxima da concepção oral do acontecido. Este comentário é muito oportuno.

Destaca o que no prólogo o autor declara: “bem é verdade que me dirão muitos, que escrever, e ainda em matérias espirituais, só incumbe a seus professores e que eu o não sou”, ajudando-nos a pensar no problema da autoria da obra e em que espaço do circuito literário situá-la.

Numa espécie de escapada ao *corpus* em que nos encontrávamos, fomos achar em Serge Gruzinski (22), a partir de seu livro tão cheio de reflexões sobre o mundo cultural hispânico e a criação de uma arte (discurso) mestiça, elementos sugestivos para se pensar na existência de um espaço limitador que os condiciona em parte. Pagão ou cristão? Tudo dentro da atmosfera maneirista. A Contra-Reforma bane sistematicamente as complicações e obscuridades prejudiciais à educação do fiel, ele nos diz, em uma de suas passagens.

Encontramos neste livro a referência de uma carta de Manoel da Nóbrega a Simão Rodrigues (Bahia, 1552), retirada de *Monumenta Brasiliae* (Roma, Monumenta Historica Societas Iesu, v. I, pp. 407 e 408), comentando as festas: “Se nos abraçarmos com alguns costumes deste gentio [...] como é cantar cantigas de nosso senhor em sua língua pelo seu tom e tanger seus instrumentos de música que eles usam em suas festas, quando matam contrários e quando

andam bêbados: e isto para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais e, permitindo-lhes e aprovando-lhes estes, trabalhar por lhe tirar os outros”. E adiante: “porque a semelhança é causa de amor”.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Avaliando os dois livros do *Peregrino da América*, em seu conjunto, temos algumas constatações de síntese.

Do ponto de vista social, há um humanismo que não comparece, ou que nem se chegou a instalar (tão longe, por exemplo, da figura e o texto de um humanista como Damião de Góis), a presença da Inquisição que se fortifica, a construção de uma sociedade colonial tutelada por um ideário regulador e retrógrado, porém com seus flancos abertos...

Quanto aos parâmetros da literatura e da cultura, trata-se de um documento muito vivo e bem escrito, sobretudo a primeira parte. Há contribuições para se pensar um certo *continuum* barroco de nossa cultura e literatura, para que nos possamos aproximar da circulação de imaginários, através de classes sociais e de diferentes sujeitos sociais.

Este texto, quer a primeira ou a segunda parte, faz-se presente, para nos ajudar a situar nossas matrizes culturais, tradições, literárias, artísticas, etc., o jogo conflituoso entre o que se elege e que se condena e pune. E também para que se possa pensar na articulação e força de nossas culturas populares, construídas, a partir de sua própria energia, do contato e reconstrução dos possíveis, da liberdade permitida, dos espaços conseguidos, ou da recuperação de antigos estratos simbólicos, que se fizeram passar, mesmo através das culturas oficiais. Cabe colocar aqui a idéia de que não existe um colonizador abstrato, mas que existem tradições populares tão intensas no bojo da colonização, e mesmo no corpo oficial de celebrações. A festa seria mesmo a reversão e a contraparte subversora, como queria Bakhtin. Há uma força inegável, ao longo de séculos, garantindo a permanên-

22 *La Pensée Méritise*, Paris, Fayard, 1999.

cia, as brechas criadoras e articuladoras do grande magma cultural que nos embasa.

Uma pergunta nos fica, no entanto: – quem era mesmo o autor ou os autores desse livro? Com os dados que possuo, tudo me leva a crer que este livro já nascera à margem da literatura que se fazia. Construía-se nas bordas, já ultrapassado, seródio para sua época, enquanto literatura. Um tipo de texto destinado à persuasão, construído

sobre um legado de literatura clássica e de tradição barroca, da qual muitas vezes se faz pastiche. Na segunda parte, carrega-se de todos os clichês. Mas tudo se compensa pela riqueza documental e pela força viva e presente, que termina por revelar muito do que se queria punir. A peregrinação parte da cidade de Babel (Babilônia), governada por pecado e maldade e por todos os demônios, de malícia infinita (23).

23 Tomei conhecimento da existência da tese de Maria Nélida Sampaio Ferraz, *Genealogias Peregrinas. Do Imaginário Colonial Brasileiro ao Barroco*, que infelizmente ainda não consultei, pelo fato de a autora não a ter disponibilizado a tempo. Depois de elaborado este trabalho pude consultar com grande proveito o *Dicionário do Brasil Colonial* [dir. Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000].

NOTA SOBRE AS EDIÇÕES

Segundo Afrânio Peixoto, no trabalho que escreveu (“Nuno Marques Pereira. As Edições do *Peregrino da América*”, publicado em *O Bibliógrafo*, maio de 1931, e citado no prefácio da edição da Academia de Letras de 1939), há na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nove exemplares das cinco edições do livro de Nuno Marques Pereira.

A primeira edição que se conhece, como disseram Varnhagen e Veríssimo, é de 1728, apesar de Innocencio, em seu *Dicionário*, falar de 1718. A data do prefácio é de 1725, como também constatou Joaquim Norberto. A segunda edição seria a de 1731, a terceira de 1752 e a quarta de 1765. É a partir dessa que é feita a edição da Academia de 1939, em dois volumes.

A edição básica para a realização do presente estudo preliminar foi o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (6ª ed.), completada com a segunda parte, até agora inédita e acompanhada de notas e estudos.

Edições consultadas no IEB-USP

Compêndio Narrativo do Peregrino da América, oferecido a Nossa Senhora da Victoria, Imperatriz do Ceo, Rainha do Mundo, e Senhora N. Sra da Piedade, mãe de Deos. Lisboa, na Oficina de Francisco Borges de Souza, anno 1765, 474p. Promete a segunda parte deste *Compêndio*. Constam desta edição: Dedicatória a N. Sra; ao leitor; a Supplicação a Manuel Nunes Vianna; Soneto; Décimas; Licenças do Santo Officio 23/10/1764; Índice dos capítulos.

Outra edição aí consultada é de Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1752, 436p. Dedicatória a N. Sra. Emperatriz do Ceo, Rainha do Mundo, Senhora da Piedade e Mãe de Deos; Prólogo ao Leitor, Soneto, Décimas, Licenças do Sto. Officio. O parecer do Pe. Manoel Consciência (curioso nome), de Lisboa (13/11/1750), nos traz um dado bem interessante: “supposto que o author nos não declare a Província, que tem por pátria, ou lhe serve de residência, e ainda que não as insinuarão muito as reflexões que faz na presente obra, a sua erudição só bastava, para o representarmos por nacional do Brasil...”.

Estas duas edições prometem a segunda parte, quando Deus for servido e o livro aprovado.

E na Biblioteca John Carter Brown de Providence, EUA (tendo merecido a excelente acolhida de seu diretor, dr. Norman Feiring), pude consultar o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. . . em que se tratam dos vários discursos espirituais e morais. . . Lisboa, na Oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1731, com todas as licenças necessárias e privilégio real. Constam todas as licenças. O interessante para se acompanhar é o crivo da censura, às vezes constam cinco pareceres de censores. A licença para a impressão foi dada em 14 de fevereiro de 1727, Congregação do Oratório de São Felipe.

Em São Paulo encontram-se edições na biblioteca de José Mindlin (edições de 1728, 1731, 1752, 1760 e 1939), e Ivan Teixeira possui um exemplar de 1765, de onde foram tiradas as ilustrações. O livro é também encontrável em livrarias antiquárias.